

Peru, com aval de Paris, paga depois

Paris — O Peru obteve oficialmente ontem o acordo do Clube de Paris para reescalonar 1.046 bilhão de dólares correspondentes aos pagamentos do serviço de sua dívida externa, cujos vencimentos estavam previstos para o período entre 1º de maio deste ano e 31 de julho de 1985.

Trata-se do vencimento de dívidas garantidas ou asseguradas pelos governos de mais de 20 países ocidentais numa associação informal conhecida como Clube de Paris.

O primeiro-ministro peruano, Sandro Mariategui, e o ministro da Economia, José Benavides, manifestaram satisfação pelos resultados obtidos, enquanto um comunicado do Clube de Paris anunciou que seus membros foram "sensíveis perante os esforços de reequilíbrio empreendidos pelo governo do Peru".

Os países membros do Clube de

Paris, segundo nota distribuída, notaram "com satisfação o início de um programa econômico e financeiro implantado pelo governo do Peru, com base num acordo de confirmação do Fundo Monetário Internacional aprovado no dia 26 de abril de 1984".

O comunicado acrescenta que "os representantes dos países membros decidiram recomendar a seus governos um importante reescalonamento da dívida externa do Peru".

Aos jornalistas, Mariategui disse que o governo peruano ficou satisfeito com os resultados obtidos "e pela primeira vez encontramos um tratamento excepcional". Explicou que cinco por cento dos pagamentos serão feitos nos prazos originais, e que outros cinco por cento ficaram para 31 de dezembro do ano que vem.

Os restantes 90 por cento serão pagos a partir de junho de 1990,

em oito semestralidades. O período "de graça" obtido, de cinco anos, resultou na prática, da modalidade de aplicação, em quase seis anos.

Após obter esse acordo global do Clube de Paris, o Peru deverá negociar bilateralmente com cada credor as fórmulas concretas dos pagamentos e das taxas de juros. O primeiro-ministro peruano destacou o "alívio" que representa para seu país este acordo, que deve permitir ao Peru consolidar suas reservas e destinar recursos para o desenvolvimento econômico.

Perguntado pelos jornalistas sobre a política de austeridade no Peru, declarou que ela deve continuar porque está vinculada à crise internacional, mas que o governo peruano pretende realizar uma "austeridade sem recessão" e que isso levaria ao programa de reativação econômica.